FL. 24

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XVI Legislatura -

Ata nº 04/2023 da Audiência Pública sobre o **PLO 002/2023**, realizada no dia 25 de abril de 2023, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da **Comissão de Mérito** vereador **Prof. Daniel PT**.

Ata nº 04/2023 da Audiência Pública sobre o **PLO 002/2023**, realizada no dia 25 de abril de 2023, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da **Comissão de Mérito** vereador **Prof. Daniel PT**. Esteve presente nesta audiência pela Bancada Progressistas o vereador **Joel da Silva Reis, Neri da Farmácia, Roberto Cavallinb e Rosi Ecker Schmitt,** pela Bancada MDB estavam presente os vereadores **Cícero Altreiter, Renan Sartori e Rodrigo Paim** e pela Bancada do Partido do PSDB vereador **Celso Fioreze.** Presidente da Comissão saudou a presença de todos e convidou para compôr a Mesa, a Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis**, o Secretário Municipal de Trânsito **Tiago Procópio,** e invocando a proteção de Deus declarou aberta esta Audiência Pública da Comissão de Mérito, para falarmos do Projeto de Lei Ordinária 002/2023, que "estabelece normas para a exploração do serviço de transporte individual de passageiros por táxi". Presidente da Comissão informou a forma de como ocorrerá esta audiência pública e de imediato passou a palavra ao Secretário de Trânsito **Tiago Procópio:** "Boa noite a todos presentes, vereadores, taxistas, comunidade e colegas. Vou passar a palavra a Dra. Mariana porque estou com uma gripe muito forte". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Boa noite a todos, meus cumprimentos em nome do Presidente Celso, Presidente da Comissão de Mérito Prof. Daniel, os vereadores, Secretário e sua equipe que aqui está, em nome do Presidente dos Taxistas o Jonatan cumprimento todos os taxistas que estão presente, demais presentes e a comunidade que nops acompanha. Vou fazer um breve relato desta história, como já estamos na segunda audiência pública relativa a lei dos táxis pra depois a gente poder fazer um feixe do que foi feito nestes últimos meses, é importante dizer aos senhores que é o mesmo projeto que já havíamos discutido na outra audiência pública, e depois de conversas no gabinete com o prefeito Nestor e o vice Luia que receberam os representantes dos taxistas, nós pedimos a retirada daquele projeto no dia 08/08/2022, fizemos rodadas de discussões, conversamos de forma exaustiva sobre qual eram os desejos e anseios dos taxistas, tentando ajustar junto com as necessidades e obrigações do município, e nós submetemos novamente este Projeto de Lei aos senhores no dia 24/02/2023. Houve uma primeira insurgência, um ofício da Comissão e nós apresentamos uma retificativa no dia 31/03/2023. Depois disso no dia 10/04/2023, eu recebi o representante dos taxistas Jonata no Gabinete do Prefeito, locou mais alguns pontos que entendiam que precisava ser apurados, nos colocou suas preocupações,a s preocupações da Classe, ouvimos onde o prefeito foi muito sensível, e apresentamos uma segunda retificativa aos senhores no dia 20/04/2023. Este projeto contempla uma profissionalização dos táxis em Gramado, ele vem exatamente de encontro ao que os senhores querem, que é um trabalho ético, correto, tranquilo e comprometido com a prestação dos serviços de excelência que a gente tem em Gramado. Então a ideia dele é qualificar e aprimorar, não é dificultar, não é criar impecílhos, ao contrário, é tentar facilitar a prestação de serviços de táxi que é um serviço e que o município tem que prestar. Feito este pequeno introito, eu vou ponderar sobre os tópicos que ficaram pendentes, como eu disse o projeto é o mesmo, fizemos alterações onde foram discutidos os pontos, então vou me ater a esses pontos que foram discutidos e trabalhados pra poder explicar aos senhores, e como agente conseguiu conceber dentro do que os taxistas entendiam necessário e dentro daquilo que o município pode fazer. Ficaram algumas dúvidas, o Jonata nos trouxe referentes a interpretações de texto e procedimentos administrativos. Ontem, só pra esclarecer, passamos uma boa parte do tempo conversando né Jonata, via watz app ele vinha me questionando e eu respondendo, justamente pra que a gente pudesse chegar nesta audiência com o menor número de dúvidas possíveis. Então eu vou não ler o projeto, somente os artigos que a gente alterou, pra junto conseguirmos convergir na noite de hoje, e sairmos daqui com todas as dúvidas dirimidas e acredito eu que aí esse projeto possa continuar tramitando nesta Casa. Na segunda retificativa nós alteramos o artigo quarto que fala da licitação, no parágrafo primeiro, nós incluímos as palavras através de decreto, que significa então: "na realização de licitação pública, poderão ser criados através de decreto, incentivos que visem estimular a exploração dos serviços de táxi na categoria especial ou adaptado", já era uma previsão legal dos táxis que foram adaptados porque era uma exigência do Ministério Público, os senhores sabem, assim como os táxis categoria especial que seriam por exemplo os elétricos Presidente Celso, eles vão receber incentivo do município, e isso será através de decreto, porque os senhores bem sabem né Dra. Paula, o decreto é que regulamenta a lei, decreto não altera a lei. Então o decreto que versar a lei, ele só vai regulamentar isso era uma dúvida dos taxistas, o que já está na lei,,a gente não vai criar nada novo fora do que está na lei. Então essa é a alteração que fizemos e me parece que já está superado esse ponto. No artigo doze, havia uma vedação dos taxistas serem representados por Procurador, nós alteramos esse texto e passou a ter a seguinte redação: "será exigido preferencialmente o comparecimento pessoal do permissionário para realização do ato, nos seguintes casos: renovação, retirada e entrega do alvará e liberação do veículo, ou seja, preferencialmente e não obrigatoriamente". Se os senhores não puderem comparecer, ou preferirem comparecer através de um Procurador, será aceito um Procurador. O artigo dezessete foi alterado na segunda retificativa que enviamos, ele tinha um parágrafo primeiro e um parágrafo segundo, ele trata da jornada, nós suprimimos o parágrafo segundo e transformamos o parágrafo primeiro em parágrafo único. Antes ele previa e isso era um pleito dos senhores, e aqui mais uma vez corroborando que aqui nós atendemos todos os pleitos que chegaram até nós: "a jornada semanal mínima de quarenta horas, deverá ser cumpridas diretamente pelo permissionário e serviço que trata essa lei". Antes havia uma exigência de cinco dias na semana, ficou quarenta horas semanais, aí os senhores jogam o trabalho de vocês de acordo com suas necessidades. O Jonata me explicou que essa era uma preocupação, porque muitas vezes tem relação com a carga horária, depois eu vou chegar lá, das oito horas, que dependendo do horário que fossem trabalhar ficariam sem corridas, então a gente entendeu isso e ajustou de uma forma que pudessem os próprios taxistas definirem sua jornada, desde que fique dentro dessa jornada semanal. No artigo dezenove nós também alteramos o parágrafo quinto, incluímos as palavras mediante justificativa e como ficou a redação: "a inexecução do serviço de que trata esta lei pelo período superior a trinta dias, se anuência da Secretaria de Trânsito e Mobilidade Urbana, mediante justificativa caracteriza abandono do ponto". Não tinha essa parte a justificativa, portanto agora tem e os senhores vão justificar porque ficaram trinta dias sem trabalhar, e está resolvido esse problema, era um anseio também da classe. No artigo vinte dois nós suprimimos a última frase depois da vírgula, que fala sobre o condutor auxiliar autônomo, pra formalizar tanto permissionário como condutor auxiliar autônomo, para formalizar os atos perante poder permitente, poderá ser suprido por meio de procuração reconhecida em Cartório nas hipóteses que esse comprovadamente não apresentarem condições de se deslocarem até a Secretaria, e aí estava escrito, como exceção dos casos escritos no artigo doze, que era aquele que não permitia procuração, então nós alteramos o artigo doze e suprimimos essa parte "com exceção dos casos previstos em qualquer situação", então os senhores podem ser representados por procurador. O artigo vinte três foi alterado na segunda retificativa, ele fala dos deveres dos permissionários e dos condutores auxiliares autônomos. Lá no inciso sétimo dizia: "não efetuar transporte no formato de pacote de passeio turístico, pelos pontos turísticos da cidade", e nós alteramos para: "não realizar promoção de vendas de pacotes turísticos". Conversei com o Jonata a respeito disso, é preocupação dele e a gente compreende como

executivo, é de que isso acaba reduzindo a renda dos taxistas, uma vez que eles fazem passeios. É bom que fique claro que pacote turístico é diferente de passeio, o táxi tá fazendo uma corrida, ele pegou um turista e o turista pede que ele leva aos pontos turísticos da cidade, eu mesmo faço isso, eu gosto de pegar um táxi, porque geralmente o táxi conhece tudo, me leva nos pontos turísticos pra depois eu voltar, isso não tem problema nenhum, não está proibido na lei, na lei está proibido a venda de pacote turístico que é algo exclusivo das agências de turismo. Então os senhores podem, está sendo gravado e registrado, e como em nome do prefeito e do vice, vocês podem fazer passeios turísticos, e é muito diferente de pacote turístico. O artigo cinquenta e quatro foi completamente reformado, ele falava sobre um coordenador responsável nos pontos fixos, ele previa um processo eleitoral com regras de votação, e que de fato acertadamente a associação se insurgiu com legitimidade, porque não cabe ao executivo ficar justificando e colocando regra na associação. Então nós mudamos completamente o texto, "todos os pontos fixos deverão possuir um coordenador responsável, indicado pela associação dos taxistas de Gramado, podendo somente ser exercido por permissionário vinculado ao respectivo ponto fixo. Porque que a gente precisa de um coordenador ou responsável em cada ponto, um exemplo que o próprio Secretário trouxe e passei ao presidente da associação, um certo momento um taxista fechou um dos pontos, passou o cadeado, trancou, pegou a chave e foi embora, os outros não conseguiam ais entrar no ponto. Isso não pode acontecer, então precisamos ter um responsável por cada ponto, para que o Secretário saiba quem é, e possa ligar ao responsável e saiba, olha fulano o que aconteceu aqui. É por isso que a gente precisa de um coordenador em cada ponto, somente por isso. Neste mesmo artigo, ele tinha um parágrafo primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto, e nós transformamos no parágrafo primeiro e segundo. O primeiro ficou com a seguinte redação: "o coordenador responsável deverá zelar pela disciplina e limpeza do respectivo ponto, e fazer a interlocução com a Secretaria de Trânsito e Mobilidade Urbana em nome dos taxistas, devendo comunicar a Secretaria a ocorrência de eventuais irregularidades,, bem como a prática das seguintes condutas que são vedadas aos permissionários para devida fiscalização da Secretaria, lavagem do veículo, de som automotivos, discussões, brigas etc". Porque já expliquei antes porque se precisa de um responsável em cada ponto, justamente pra fazer essa interlocução com a Secretaria, imagina se o Secretário tem que falar com cada taxista individualmente, é um caos, ou se fala com o presidente da associação que também não vai dar conta de falar com todos os pontos, então se fala com cada coordenador. E o último parágrafo que foi transformado em segundo, "onde todos os pontos de estacionamento permissionários, são obrigados a participar no rateio das despesas de serviços de telefone, limpeza do local e outros que se fizerem em comum". Isso já estava na lei, e a gente só mudou a numeração dos parágrafos, em nenhum momento isso insurgiu. No artigo sessenta e cinco que alteramos nesta segunda retificativa, portanto depois que conversamos pessoalmente com o presidente da associação, ele trata da inobservância das regras. No parágrafo quinze "aos penalizados com a cassação da permissão, ou descadastramento da função de condutor de táxi, não será permitido o ingresso ou a permanência no serviço de transporte individual de passageiros por táxi, ou ainda a obtenção de Cica antes do transcurso de cinco anos da aplicação da penalidade". Tiramos os cinco anos e colocamos vinte quatro meses, que também era uma demanda dos senhores, que de cinco anos passou para dois anos. O artigo sessenta e sete fala da aplicação das penalidades, e aqui também havia uma preocupação muito grande da classe, de como isso iria ocorrer. O que dizia o inciso vinte três do artigo sessenta e sete: '"quando o permissionário ou condutor auxiliar autônomo não cumprir a carga horária diária, ou semanal estabelecida nesta lei conforme referencia o artigo setenta e cinco, infração grave e penalidade de advertência", nós suprimimos a carga horária diária, ficou só a semanal, porque a partir de agora é o senhores que vão definir como vão fazer, desde de que o carro esteja oito horas na rua. No inciso vinte quatro do artigo sessenta e sete tinha a seguinte redação: "quando o permissionário ou condutor auxiliar autônomo reincidir ao não cumprimento da carga horária diária ou semanal estabelecida nessa lei, conforme referencia o artigo setenta e cinco, infração gravíssima ou penalidade de multa". Também suprimimos a palavra diária, e a partir de agora fica, carga horária semanal. Tudo o que foi possível atender e facilitar, o que os senhores estavam pedindo nós fizemos, eu até falei com o Jonata de que nem sempre está escrito na maneira que vocês gostariam de ler, mas está contemplando o que os senhores pediram dentro daquilo que a gente pode fazer. O inciso vinte cinco, vou ler a redação original: "a reincidência por três vezes, dentro do período de doze meses do cometimento da infração prevista no inciso vinte três deste artigo pelo permissionário, acarretará as penalidades previstas no inciso vinte quatro deste artigo, e ainda a cassação da Cica, descadastramento da função de táxi, cassação da permissão mediante processo administrativo. O presidente Jonata me disse da sua preocupação com quem tem o poder de fiscalizar, pudesse utilizar de alguma forma a interpretação dessa lei, e deliberadamente caçar a autorização de vocês, isso não existe, a cassação nunca vai ser de um ato deliberado e autoritário, ela vai sempre passar por um processo administrativo, os senhores terão sempre o direito a uma defesa. Nós incluímos nesse texto, a reincidência injustificada por três vezes, o que significa dizer, se os senhores não conseguirem provar porque durante três vezes, durante um ano não conseguiram cumprir a carga horária, que é estar trabalhando, prestando serviço público na rua, aí talvez se o processo concluir, vocês podem perder a licença, é muito diferente. Então, vocês primeiro justificam, podem ter ficado doente, podem ter ido viajar, inúmeras situações podem ocorrer que os senhores vão uma, duas ou três vezes, muito difícil que aconteça três vezes num ano, e se isso acontecer vocês vão justificar, vai ter um processo administrativo, quem julga o processo administrativo é a Comissão Processante, não é o Secretário, não é a Procuradora Geral, não é o Prefeito, é a Comissão Processante, e portanto vocês estão seguros dentro do devido processo legal. O artigo vinte seis, ele tem uma redação semelhante, nós também incluímos a palavra injustificada, por este mesmo motivo, como ficou a redação: "a reincidência injustificada por três vezes, dentro do período de doze meses do cometimento da infração prevista no inciso vinte três desse artigo, pelo condutor auxiliar autônomo, o outro artigo fala do permissionário, e esse fala do condutor, acarretará além das penalidades previstas no inciso vinte quatro do mesmo artigo, ainda a cassação da Cica o descadastramento da função de condutor de táxi. É o mesmo sistema, tem que justificar, se a justificativa não for aceita, tem um processo administrativo que é aberto, os senhores tem todo processo legal pra se defender, e no final é a Comissão que decide. Então os senhores tem assim, uma ampla possibilidade de comprovar o por que não conseguiram cumprir dentro de um não por três vezes consecutivas, não cumprir a carga horária. O artigo setenta, parágrafo quarto, nós substituímos a palavra "efeitos de", por "contabilizar o", acúmulo de pontuação, foi um pedido da associação. O artigo setenta e dois parágrafo oitavo, eu vou ler a redação original, e como ela ficou, porque nós também reduzimos o prazo. "Aplicada as penalidades de cassação da permissão ou de descadastramento da função de condutor de táxi, somente será permitido ao penalizado habilitar-se a operar do serviço de transporte individual de passageiros por táxi, na condição de permissionário ou de condutor auxiliar autônomo, após decorrido o período de sessenta meses, contados da data de publicação da cassação, se atendida todas as condicionantes estabelecidas nessa lei". Diminuímos o prazo de sessenta para vinte quatro meses, portanto se alguém for cassado ou descadastrado, ao invés de ter uma impossibilidade de voltar a dirigir o táxi pelos próximos sessenta meses, apenas por vinte quatro meses. O artigo setenta e cinco também foi totalmente reformulado na segunda retificativa, depois da conversa que tivemos com o presidente da associação. O texto original dizia o seguinte: "a constatação dos descumprimento da jornada diária ou semanal mínima, ou ainda da execução direta dos serviços da condição regular do veículo, pelo

permissionário referida no artigo dezoito desta lei, ensejarão nas penalidades de advertência, multa, cassação da permissão e descadastramento da função de condutor de táxi". E o texto ficou assim: "a constatação do descumprimento da jornada semanal mínima, referida no artigo dezoito desta lei, ensejará as penalidades de advertência, multa ou cassação da permissão, e o descadastramento da função de condutor de táxi". O artigo setenta e seis também foi reformulado na segunda retificativa, depois portanto da conversa com o presidente da associação, e ele tinha a seguinte redação original: "a constatação do não cumprimento da carga horária conforme as normas estabelecidas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo dezessete desta lei, caracteriza infração e ensejará a aplicação das penalidades previstas nos incisos vinte três e vinte quatro do artigo sessenta e sete desta lei". Como nós alteramos o artigo dezessete, a redação do setenta e seis que ele remete, a constatação do não cumprimento da carga horária conforme estabelecida no parágrafo único do artigo dezessete desta lei, portanto não tem mais os parágrafos, caracteriza infração e ensejará a aplicação das penalidades previstas no inciso vinte três e vinte quatro do artigo sessenta e sete desta lei. O artigo oitenta e três, por sua vez também sofreu uma alteração na segunda retificativa depois da conversa que tivemos o presidente da associação. O artigo oitenta e três dizia: "que a constatação de prefixo de táxi tenha sido objeto de fraude, simulação, alteração em sua titularidade, sub permissão, arrendamento, aluguel ou qualquer outro tipo de negociação ou comercialização que não seja permitido pela legislação municipal, aplicar-se ão de forma individual para cada infrator. As penalidade de cassação e permissão, descadastramento da função de condutor de táxi, e constatado a infração ao permissionário, será imposta penalidade de multa na ordem de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) sem prejuízo nas demais penalidades nas esferas cíveis e criminal. O Jonata me disse que havia uma preocupação excessiva e compreensiva da associação, quanto ao termos da constatação de que o prefixo táxi tenha sido. A Classe tinha uma preocupação, de que o executivo pudesse buscar fatos pretéritos, e a partir daí abrir processos, mas os senhores bem sabem que a lei só retroage se for mais benéfica, portanto isso jamais acontecerá, é daqui pra frente, do momento da prorrogação da lei pra frente. De qualquer maneira pra que fique mais claro, nós incluímos a seguinte expressão no início deste artigo, "a constatação após o devido processo administrativo de que o prefixo de táxi tenha sido objeto de fraude", o restante ficou igual. Então nós estamos reforçando a informação, que é praxe no direito de que a lei só retroage se for mais benéfica, e reforçando de que isso só acontece se tiver um processo administrativo, e todos nós sabemos de que pra abertura de um processo administrativo a gente vai apurar fatos recentes. Então me parece que assim fica mais tranquila a classe, e de novo falo aqui, e estou falando em nome do prefeito, o meu cargo me autoriza a falar em nome do prefeito, ninguém vai ser processado por fator pretéritos, o que nós queremos no início é regularizar, modernizar e facilitar a legislação. A ideia não é punir, a ideia é a gente trabalhar juntos, falei pro Jonata e falo de novo aqui, o poder executivo e acredito que o legislativo também é parceiro dos taxistas, e não o contrário, nós precisamos de vocês, e vocês precisam da gente. No artigo oitenta e seis também foi feito uma alteração, ele tinha a seguinte redação: "a permanência do ponto de estacionamento de táxi por período superior a trinta dias a contar da aprovação desta lei, sem um coordenador ou supervisor regularmente eleito pela categoria, todos permissionários ocorrerão infração grave, as quais será imposta penalidade prevista nesta lei correspondente a natureza da infração". Realmente não era justo que todo os taxistas respondessem por algum problema, de um ponto de táxi ficar trinta dias sem alguém que respondesse, então nós alteramos da seguinte forma: "a permanência do ponto de táxi por período superior a trinta dias, a contar da aprovação desta lei, sem um coordenador ou supervisor indicado pela associação dos taxistas, será amputada a penalidade pecuniária do artigo sessenta e sete do inciso vinte três". A associação responde por todos os senhores, tenho certeza que todos os senhores não vão querer que a associação tenha que pagar multas. Então é uma via de mão de mão dupla, tenho certeza de que os senhores se organizarão ao ponto de que isso ocorra, mas se ocorrer, alguém tem que responder, a gente não pode ter uma infração e não ter quem responda por ela, Então nós retiramos de todos os taxistas, e achamos que fosse justa que a associação respondesse por todos, e arque então eventualmente se for aplicado uma penalidade, esperamos que isso nunca ocorra a associação. O artigo noventa previa a questão dos táxis precários, das placas precárias "as pessoas físicas e permissionárias poderão explorar o serviço de transporte individual de passageiros por automóvel de aluguel em caráter precário, pelo período de seis anos improrrogáveis a partir de 31/03/2023". Nós tiramos a partir de 31/03/2023, em incluímos a partir da entrada em vigor desta lei, que é o justo né, então a partir do momento que a lei for promulgada, vai entrar em vigor e aí conta-se então os seis anos que na verdade se transforma em oito, porque faz dois que estamos discutindo este projeto de lei. O artigo noventa e um parágrafo primeiro, também foi só uma inclusão de palavras solicitado plea associação, que fala da comprovação da vigência do contrato de trabalho, na modalidade de prestação de serviço, foram só palavras colocadas a mais na solicitação da associação, para que ficasse mais claro que estamos nos referindo ao condutor auxiliar. O artigo noventa e cinco ele previa "que deverá o executivo municipal a qualquer tempo, avaliar as necessidades, se for necessário ampliar o número de outorga de permissões de serviços táxi em substituição a aquelas horas em extinção", e assim vai, tinha uma dedundância de palavras ali e nós fomos alertados pela Dra. Paula nesse sentido, então nós alteramos e ficou: "deverá o executivo municipal a qualquer tempo, entendendo necessário", só foi trocado uma palavra. O artigo noventa e seis, foi alterado na última retificativa: "o executivo municipal promoverá as alterações administrativas e legais, isso foi incluído no texto, necessárias para viabilizar a implantação eficiente do serviço, e estinguir permissões precárias, nos prazos estabelecidos nesta lei" e nós incluímos "editando o decreto quando necessário", por quê, porque volto a falar, o decreto que regulamenta a lei, é através do decreto que vamos fazer estas regulamentações, e como nós vamos agir administrativamente para colocar em prática, o os senhores vão aprovar na legislação, nada mais é do que isso. Por exemplo, e já trago aqui uma informação importante pros senhores, pra mostra como estamos trabalhando e auxiliando a classe, o município vai lançar um aplicativo com todos os serviços que são prestados pelo executivo municipal. Conversei com o Secretário Ike, depois que tinha falado com o Jonata, e neste aplicativo haverá um botão específico para os taxistas, então os turistas que virão a Gramado, ou a comunidade como um todo que baixar este aplicativo, vai ter um ponto específico dentro do aplicativo pra chamar os taxistas, quase um Uber exclusivo nosso, e isso eu, falando como município vou regulamentar onde, no decreto. Por isso então que a legislação prevê a edição de decreto nesses casos. Só pra concluir, nós atendemos eu acredito que cem por cento das demandas, talvez não foi escrito na maneira que gostariam de ler, mas foi escrito dentro da técnica legislativa, dentro daquilo que nós entendíamos e que poderia ser escrito. O executivo, eu reitero, é parceiro dos taxistas, nós trabalhamos juntos, não trabalhamos um contra o outro, e reitero novamente que ninguém será caçado deliberadamente, vocês vão ter que fazer muito esforço pra serem caçados. E só pra concluir, uma questão bastante importante que também vai no decreto, já expliquei pro Jonata, inclusive estou com a minuta do decreto pronta aqui, aquela decisão recente do STF que proibia a transferência dos veículos no caso de sucessão, Dra. Paula, houve uma alteração e agora em um período de dois anos pra que ocorra essa transferência, isso será editado através de decreto, e nós estamos utilizando e nos guiando em São Paulo, que foi inclusive o modelo que vocês mandaram, São Paulo utilizou uma Portaria e nós vamos utilizar um decreto que tem mais força. Então a minuta já está pronta, e no dia que esta legislação for aprovada, e for publicada no Diário Oficial, o decreto no mesmo dia será publicado, e os senhores terão aquele prazo que

vai até, porque já foi publicado a Ementa, até 10/04/2025 fazer estas transferências, para regulamentar essas situações dos inventários. Era isso que eu tinha pra falar, desculpa se me estendi um pouco, mas achei importante trazer todas as informações, e mais uma vez dizer que ao nosso ver me parece que atendemos a todas as demandas, e conseguimos entregar pra comunidade um projeto de lei muito legal, muito obrigado". Presidente da Comissão agradeceu a Procuradora do Executivo, passou a palavra primeiramente aos vereadores que compõem esta Comissão, Neri da Farmácia e Rodrigo Paim. Vereador **Neri da Farmácia:** "Muito boa noite a todos, cumprimento o Presidente da Comissão Prof. Daniel, Procuradora Mariana Reis, Secretário de Trânsito Tiago Procópio, colegas vereadores, nossa comunidade, a classe dos taxistas, e quero iniciar minha fala com uma frase que já disse, que o projeto dos táxis comparado ao Plano Diretor, é um dos projetos que ficaram nais tempo tramitando, e dizer que vocês da classe são fundamentais, pra que Gramado continue sempre sendo esta cidade que busca excelência, visto ao trabalho que vocês fazem, porque é o primeiro contato dos turistas que chegam na cidade é através de vocês. Então quero parabenizar o executivo, a direção dos taxistas, a Paula, e ouvindo agora as alterações que foram feitas, e nós nos comprometemos com vocês na última reunião, que iríamos provocar o executivo, Dra. Mariana e o Prefeito nos atenderam, pedindo que fosse feito as reivindicações feitas por vocês, porque ninguém melhor que vocês que estão aí trabalhando e identificam as várias situações, e colaboraram para que o projeto fosse melhorado. Então no meu entender, eu acho que ficou um projeto legal, acho que podemos dar continuidade para ire a Plenária, mas vamos ouvir as colocações de vocês, mas a minha impressão é esta, e parabéns ao executivo pela questão de colocar um link no site para que as pessoas possam contatar e também funcionar como um Uber, e a questão para quem quiser colocar um carro elétrico, acho que é uma evolução muito grande. Então da minha parte acho que estou pronto para votar este projeto, evoluímos nas conversas obrigado e mais uma vez parabéns pessoal, e como a Dra. Maria falou o município e o legislativo precisa muito do trabalho de vocês, levando o nome do município ao patamar mais elevado na excelência na área do turismo, obrigado". Vereador **Rodrigo Paim:** "Boa noite, obrigado pela presença Dra. Mariana, Secretário e demais presentes. Eu vou ser bem breve até porque eu gostaria de ouvir a classe, eu não tenho muito o que falar a não ser ouvir a classe, eu falo sou bem transparente, o projeto já fez aniversário eu acho. Dra. eu vou ser bem sincero, não cheguei ir a fundo ao projeto, das modificações, eu não consegui entender cem por cento, mas tenho algumas perguntinhas a respeito do projeto, não estou preparado pra votar, quero ouvir a classe antes, mas tenho algumas perguntinhas. Primeiro, a senhora falou de quem vai julgar as multas, a minha pergunta é, tem uma comissão, mas quem faz parte desta comissão, é a Jari que vai multar, não é, tem uma comissão específica, se existe uma comissão eu gostaria de saber que são os membros, se não existe, esse projeto só pode ser votado depois de ter a comissão. Segunda questão que gostaria de um esclarecimento um pouco mais objetivo, a pessoa que tem três táxis, lembro que teve uma discussão onde o próprio proprietário vai ter que dirigir e trabalhar com esse táxi por oito horas se não me engano. Como ficou essa situação, quando ele vai devolver aqueles outros, e terceira questão do projeto seria as penalidades, vou querer dar uma olhada de novo nas penalidades, quais são e como ficou, referente a classe que tinha pedido para mudar algumas coisas, onde a senhora falou que foi mudado cem por cento do que eles tinham pedido, e então gostaria de fazer esse comparativo a respeito. Mas sou sincero, gostaria de ouvir a classe, não tenho muito o que falar, pra definir o voto e ver se a gente vai, porque até `Presidente, mesmo o projeto estando na Casa e se achar de direito pode fazer Emenda, como agente já propôs na outra vez. Acho que seria isso doutora". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Quando eu me referi a Comissão, eu falei na comissão processante, comissão constituída do município, composta por servidores efetivos, que julga todos os processos administrativos, a CPGQ trata da questão dos servidores, aí tem a comissão sindicante, e a comissão processante que instrui e julga os processos administrativos, especiais e assim por diante. Então essa comissão já existe a muitos anos e ela que julga nestes casos, não é a Jari, a Jari julga multas de trânsito, e aqui a gente tá falando das penalidades administrativas que podem ocorrer, onde a mais grave delas é a cassação. Em relação a sua segunda pergunta, não é mais possível que um permissionário tenha mais de um veículo, a legislação já permite, a gente não alterou isso já tem a seis anos pra utilizar os carros. São quarenta horas semanais, são oito horas que o veículo tem que ficar na rua, pra ter a prestação de serviço e pra quem precisar de táxi. As penalidades o senhor disse que vai olhar, então não tem o que responder, então apenas dizer que a maior preocupação era a cassação que nós não retiramos, porque penalidades graves tem que ser mantidas numa legislação os senhores sabem, porém nós dificultamos ou deixamos mais claro ainda como ela vai acontecer. A preocupação dos taxistas segundo o Jonata me falou, é que quem fiscaliza essa situação poderia deliberadamente dizer assim, vou cassar o teu prefixo, não é assim, isso não existe, a gente está num estado democrático e de direito. Então existe todo um processo, uma defesa, um contraditório e lá no final se a comissão entender que tem que haver a cassação aí ela ocorrerá, não é um ato automático". Vereador **Joel da Silva Reis:** "Boa noite a todos que nos acompanham, aos taxistas, a Dra. Paula Miranda. Bom, realmente é um tema que tá sendo debatido, e na minha avaliação a exaustão, as questões das penalidades está do artigo sessenta e nove ao sessenta e seis, então a gente precisa ler, eu já li e concordo com as colocações trazidas pela Dra. Mariana, e muitas coisas trazidas pelos permissionários são importantes, e ouras coisas colocadas pela administração pública também são importantes. Então eu creio que a gente precisa ser mais acertivos neste trabalho, menos politiqueiros e ser corretos, essa é a minha opinião, então nem faço tanto céu nem tanto terra, eu faço que a gente possa encontrar o equilíbrio e atender as demandas trazidas pelas pessoas que trabalham da categoria, e regularizar a permissão do trabalho, tornando uma lei. O que eu entendo é o seguinte, a partir do momento que uma cidade como Gramado não possui uma lei com os taxistas em tempos modernos como a gente vive, aplicativos e outras redes sociais que a gente tem, a gente deixa a desejar. Então Gramado precisa evoluir sim e acredito que a Procuradora que representa nosso prefeito, que nós devemos encontrar esse equilíbrio e não deixar as pessoas insatisfeitas, é muito difícil, sabemos, e não haverá cem por cento de satisfação, como não agradamos cem por cento a população, isso faz parte da vida, quem tem um bom entendimento entenda, e quem não tem infelizmente vai ter que passar a entender. Então é isso que eu queria dizer e agradecer a presença de todos vocês, e dizer que estamos juntos trabalhando, recebi muitos de vocês no meu gabinete, e todos sabem que estamos aqui pelo melhor, obrigado e boa noite a todos". Após sua fala vereador Joel da Silva Reis pediu licença ao Presidente, e se retirou da audiência pública. Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Só quero fazer um adendo ao vereador Paim, que quando se trata da cassação, artigo sessenta e cinco parágrafo oitavo, tem uma comissão específica pra tratar da cassação com representantes do poder executivo, da associação, da Jari, da Secretaria, CPJQ, e ela só poder ser constituída esta comissão, depois que a lei for aprovada, porque a lei que vai dizer que a comissão tem que ser constituída, não tem como criar a comissão antes disso". Vereador **Rodrigo Paim**: "Presidente questão de Ordem, foi usado meu nome, gostaria de me manifestar". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Só quis responder a sua colocação anterior". Presidente da Comissão Prof. Daniel: "Vereador eu aconselho e se concordarem, que se faça as observações num segundo momento". Vereadora **Rosi Ecker Schmitt**: "Boa noite a todos, cumprimento a Dra. Mariana, Secretário Tiago, Presidente desta Comissão Prof. Daniel, colegas vereadores, Dra. Paula, todos taxistas presentes e demais presentes que nos acompanham. Este é um projeto que já estamos falando sobre ele a mais de um ano, entendo que vem para qualificar ainda mais os serviços dos nossos taxistas,

facilitando assim a vida da nossa comunidade e dos visitantes que vão usar esses nossos serviços. Depois de tantas conversas quero lembrar também, que um projeto que teve o envolvimento de todos, tanto da classe, executivo, legislativo, onde todos puderam opinar e acho que todas as alterações foram feitas, onde o presidente da associação deve ter passado as informações também. Também acho que é um projeto que já deve ir a votação, pelo tempo mas é claro vamos ouvir os taxistas e ver se ainda tem alguma recomendação. Ótima iniciativa esta do aplicativo, parabéns aos que pensaram nesta iniciativa, que irá facilitar a comunidade e aos visitantes, obrigada". Vereador **Celso Fioreze**: "Boa noite a todos, cumprimentar a Dra. Mariana Reis, Presidente da Comissão, colegas vereadores, Secretário de Mobilidade, Dra. Paula, Presidente da Associação e toda classe. Dizer que no ano passado já poderia estar concluído aqui na Casa, mas o bom debate e lembrando que a classe se confunde com o turismo, e vem apanhando e continua sofrendo, e se nós tivéssemos votado aquele projeto, talvez hoje ela estivesse estinta em Gramado, e em Gramado temos outras modalidades de transportes que muitas vezes num período e vem logo leis em cima, e o táxi está aí e há muitos anos desde de que Gramado começou turisticamente, o taxista já estava ali. Então cumprimentar o Secretário por este aplicativo, porque necessita e existem outros tipos de aplicativo por meio de transporte. Também o taxista com acessibilidade, porque hoje recebemos muitos cadeirantes na cidade de Gramado, há uma procura, e também entendo que um bom recurso com o carro elétrico, até porque o custo pode diminuir para o taxista, e espero e também concordo com o colega vereador Paim, escutar a Dra. Paula, o Jonata, porque esse debate ele tá longo e até cansativo, porque queremos uma melhora, mas uma melhora pra todos, não só para um lado, acho que a classe já vem sofrendo então ela tem que receber um grande apoio do poder executivo, não só quando se fala em cassação, ver também o que tem de bom. Parabenizar também nesse debate a Dra. Paula e a Procuradora do Executivo, o Jonata também sempre a frente, e sei também que tem semanas que é difícil de tirar o valor pra se sustenta na semana, então temos que ter um olhar melhor pra essa classe, acompanho o táxi a anos e vejo que ano a ano ele tá perdendo a força, e precisa de um incentivo, principalmente do poder executivo, porque é um serviço público pra poder se sustentar e se equilibrar de novo aqui na cidade. Então vamos estar junto aí, escutar vocês e ver o que temos de bom pra aprovar, muito obrigado". Vereadora Rosi Ecker Schmitt pediu licença pra se tirar, para cumprir outro compromisso. Vereador **Renan Sartori:** "Meu boa noite a todos, cumprimento o nosso presidente da Comissão Prof. Daniel, demais colegas vereadores, nossa Procuradora Dra. Mariana Reis, Secretário Tiago Procópio e todos os presentes. Acho que o objetivo mais uma vez neste momento seria escutar a classe, entender se todas as modificações feitas pelo executivo municipal, se estão de fato atendendo a classe, entender também se o pleito hoje trabalhado pela classe, também é justo, acho que é um papel nosso como vereadores, analisarmos isso. Mas é importante falarmos que estamos atentos e muito sensíveis, e me apoiando um pouquinho no que o nosso Presidente vereador Celso falou, que é valorizar esta classe, que sim passou por vários momentos, seja a entrada do Uber, que foi um, seja a pandemia que foi outro, e ela tem um papel importante assim como disse o Neri, que tem o papel de receber. Entendo também que a classe tem que pensar sim em evoluir e se modernizar, eu vejo isso nas conversas que tivemos, que existe uma intenção da classe em evoluir este serviço. Então com certeza, hoje é o momento da gente escutar e entender se o pleito da classe, ele é justo, entender se as modificações realizadas estão atendendo, e temos sim uma ferramenta, de propôr uma Emenda, ou mesmo de cada vereador entender se esse projeto é mesmo bom pra cidade, e muitas vezes votar contra, mas não é o que a gente gostaria, a gente gostaria de sair daqui entendendo, chegar num ponto de equilíbrio, onde que quem saísse ganhado é a comunidade de Gramado, que a prefeitura pudesse organizar o serviço, e que estivesse a contento de toda classe taxista. Então a gente se coloca a total disposição ao longo da semana, pra gente estar debatendo, mas concordo que temos que chegar a um ponto de definição, estamos aqui a mais de um ano e temos que entender se esse projeto ele é bom ou não pra Gramado, e estaremos atentos aqui com todos depoimentos da classe. Da minha parte era isso, obrigado e uma boa noite". Vereador **Cícero Altreiter:** "Boa noite a todos, primeiramente cumprimentar o Presidente da Comissão, Mariana, a Paula, Jonata, em nome dele toda classe. Projeto que temos debatido muito, acho que é uma oportunidade talvez de regramos sim o táxi, mas usarmos a cidade de Gramado como exemplo pra outras cidades sim, não quero ser repetitivo aos que me antecederam, mas não na questão de cassação ou perseguição, mas sim de auxílio a essa classe que há tanto tempo nos representa e que nesse meio do caminho houve contra tempos aí de regularização por exemplo, concorrência de Uber que entrou, e que a gente também fica sem saber como regularizar, como fiscalizar e a gente sabe que é uma situação muito complicada. Então é essencial a gente ouvir, dialogar com vocês, achar sim um ponto de equilíbrio, mas principalmente essa valorização pra vocês taxistas, é isso que a gente precisa encontrar de forma primordial. E doutora gostaria, logicamente quem maios vai fazer os questionamentos são os representantes aqui da classe, eles que vivem o dia a dia, mas eu gostaria que nos explicasse sobre quem já tem a placa licitada, qual é o período, quem vai querer licitar, quem tem mais de um táxi, como funciona, quanto tempo ele vai poder ficar com esse táxi, a gente sabe que há placas que passaram por inventário, enfim se passaram de pai pra filho. Enfim, como ficou essa regulamentação, como fica, e a princípio são esses os meus questionamentos, e volto a dizer que a gente está aqui para escutar a classe, e saber deles". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Boa noite vereador Cícero, quem já tem placa licitada está previsto na lei, tem previsão de seis anos que é o tempo que falta pra terminar a licitação, e foi o que a gente ajustou aos precários também. Quem vai licitar, vai ter processo licitatório a pessoa vai se habilitar junto com a documentação solicitada e estando em conformidade vai receber um prefixo. Em relação a mais de um táxi, acho que tinha respondido ao vereador Paim, não é mais possível ter mais de um táxi, então a gente tem esta transição de dois para que as pessoas se regularizem, e na questão das sucessões, há uma decisão de inconstitucionalidade pelo STF mas ele modulou o efeito e a pessoa tem dois anos pra fazer a transferência, e isso a gente vai fazer através de decreto. O executivo, já mostrei tenho a minuta pronta, e só posso aplicar o decreto após a lei promulgada que vai ser feito no mesmo dia, não sei se respondi a todas as perguntas, obrigado". Vereador **Roberto Cavallin**: "Boa noite a todos, Presidente da Comissão, Dra. Mariana, Secretário Tiago e boa noite a todos. Começo falando que o primeiro passo que alguns colegas nosso colocaram que é cansativo, mas é o nosso trabalho, e também peço a reflexão de vocês no ato do executivo, se colocando do outro lado, a necessidade né Procuradora, de colocar os outros táxis também, infelizmente tá tudo junto, mas precisamos colocar os outros táxis pra atender a nossa população. Ressalvo aqui gente, acho que aqui a maioria me conhece, e sempre deixei bem claro que somos parceiros, trabalhei no trade e vou voltar amanhã pro trade, já fui motorista e sei o que vocês carregam nas costas no dia a dia, tanto dos problemas que as vezes a gente não sabe quem é o passageiro. Mas primeiramente eu vou trazer uma mensagem pra vocês, que escuto nos debates que a gente com o prefeito, a gente busca em vocês serem o cartão postal da nossa cidade, essa também é a provocação e o modelo dessa lei, pra que vocês sejam o cartão postal, nós estamos lidando com o bem mais precioso da cidade que é o nosso turista, e infelizmente a lei é uma regra e então hoje ela pode beneficiar um e prejudicar outro, e é por isso que estamos aqui e vamos escutar vocês novamente. Enfim, eu vejo alguns pontos positivos, essa três vezes a justificativa. A cassação em um ano vocês teriam que ter três infrações e todas elas seriam justificáveis, então se vocês justificaram elas, elas passam a desvaler, só serão cassados no momento em que não justificarem, então vamos pensar no serviço, muitas vezes eu agradeço ao executivo nessa notícia Procuradora, que vocês vão estar conectados a

um aplicativo da prefeitura, muitas vezes eu abro um Uber quando estraga meu carro e está disponível pra mim. Então vocês vão ter um aplicativo e conhecendo a cada um de vocês, talvez não vá mais me reportar ao Uber, porque eu sei a diferença do serviço. Então eu acho que é mais uma aproximação e promoção do táxi, então que tá sendo dentro dessa lei. Eu deixo a vocês, a gente sabe quanto ao custo de um carro elétrico e a gasolina, mas ouvi aqui que vai ter incentivo, então acho que isso vai se tronar na ponta da balança, muito lucrativo, muito bom e incentivar que faz a diferença no final das contas. Então seria isso Procuradora, e eu só gostaria uma explicação dentro dessa questão do carro elétrico, o que tem de benefício a mais enfim. No mais acho que é isso aí, agradeço aí Paula, Jonas e boa noite a todos". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Com relação aos carros elétricos, os benefícios são, acho que vocês já sabem que serão abastecidos durante sete anos gratuitamente, porque o município colocou, quantos pontos Tiago". Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbano **Tiago Procópio**: "O projeto que está no setor de compras, ele prevê a concessão da empresa, e a proposta que esta fez que pesou muito pro município, foi que a concessão de sete anos não haveria cobrança do abastecimento, e sim só da vaga. Então praticamente R$ 7,00 (sete reais) pagando a vaga é o abastecimento do veículo, então por sete anos não haverá cobrança para o abastecimento. Colocamos no projeto também a isenção da licitação, e sim a concessão para quem apresentar a documentação de um veículo elétrico. Então claro que é um custo maior de investimento hoje, mas pensando no bem estar e da questão ambiental, e pensando a médio e longo prazo,ele automaticamente vai se pagar por ter esse abastecimento gratuito. Então seria um investimento único e inicial, e por um período de sete anos não teria mais o custo". Presidente da Comissão fez sia manifestação como vereador. Vereador **Prof. Daniel**: "Sobre o tempo de tramitação do projeto, se precisar ficar mais uma semana, um mês, um ano, votar a favou ou contra, nós o faremos, temos hoje aqui um papel importante como Casa Legislativa, de fazer esta relação entre o poder executivo proponente do projeto, e os interessados que são, a associação, os taxistas. Fazer uma ressalva do trabalho do Jonata e todos taxistas, a Paula também pelo acompanhamento jurídico muito importante, a Secretaria através do Procópio, a nossa Procuradora que tem se envolvido nesse projeto e a gente sabe em outros tantos, mas as vezes os projetos precisam de um tempo de tramitação, de debate e construção, e obviamente no momento ideal nós vamos votar. E audiência pública é pra isso, é um outro espaço, porque mudanças foram feitos em um projeto, e por isso que entendemos em promover uma nova audiência pública pra ouvir e que os registros possam ser feitos. Eu, de forma muito clara, lá em 2020 quando o projeto chegou pela primeira vez, eu fui o primeiro a subir na Tribuna, me manifestar e pedir, eu era líder de governo, e pedi ao governo para retirar o projeto, nós entendíamos que não havia prazo naquele momento, não havia ambiente, então foi retirado, houveram algumas mudanças, então isso também demonstra que há um diálogo, uma intenção do executivo de chegar a um consenso, mas também deixo muito clero e com muita tranquilidade em tomar a decisão, e hoje não vou fazer perguntas, estou muito mais para ouvir a percepção de vocês sobre as mudanças, se elas atingem o interesse que é da maioria. E pra quem devemos legislar, para as pessoas que irão fazer o uso dos serviços e para quem tem a concessão. Acho importante debatermos sobre isso, é uma política pública e efetiva pra manutenção desse serviço, que foi a categoria mais atingida a essas mudanças inexoráveis, com as plataformas digitais, e o que aconteceu ali foi uma dificuldade que o setor passou a enfrentar, e nós também quanto poder público temos que ser ágeis, e não piorar uma situação de vocês, precisamos melhorar essa situação. Lembrando, qual a diferença entre os táxis e os aplicativos, todos são importantes, mas os táxis são uma concessão pública, elas precisar vir acompanhadas de políticas públicas, né Secretário, por isso que é importante e precisamos debater sim, um transporte com uma energia sustentável que diminui, e inclusive pensar num subsídio, avaliar o subsídio do município, da viabilidade, e a gente pode avançar nesse assunto. Mas a respeito do projeto, eu deixo a minha posição muito clara, no último projeto entendemos junto com os quatro colegas vereadores em propôr uma Emenda, que atendesse os interesses públicos, mas também a reivindicação da categoria, e nós vamos só aprovar o projeto e falo como vereador, se for de aprovação da categoria e de interesse público. Essa é a minha colocação, e passo de imediato para que vocês possam fazer as considerações de vocês, pelo prazo de até três minutos, para que cada um possa ter seu espaço de fala". Representante da Associação **Jonata:** "Boa noite a todos, nas minhas colocações gostaria de dizer que a nossa preocupação diante ao projeto é muito grande ainda, fala muito ainda em cassações, e isso nos assusta muito e vou explicar o por quê. Nós recentemente fomos a Secretaria de Trânsito pedir melhorias para o táxi, e eu não quero criar atrito com ninguém, mas falaram pra nós que já estamos a muito tempo, já ganhamos muito dinheiro, tem que renovar toda essa classe e tirar esse pessoal e botar tudo novo. Isso, foi o que eu escutei lá, não tô aqui pra criar atrito com ninguém, mas a verdade tem que ser dita, isso preocupa a todos aqui, porque todos aqui são trabalhadores, represento a cada um de vocês, e quero agradecer por virem aqui atrás dos seus direitos. Ressaltar aqui também, que ninguém é contra as novas licitações, ou que tenha novos táxis nas praças, isso aí é o direto de todo mundo de ir e vir,e tá tudo certo, mas quando a recebe isso em várias vezes que a gente foi, a Glaci tá aqui de testemunha de que tivemos esse tratamento na Secretaria de Trânsito, e isso nos causa muita preocupação. Como que fica uma lei, onde dá sérios poderes a Secretaria de Trânsito, onde dá penalidades, multas, como é que vai ser, vai ser uma caça as bruxas, esse espaço é bom pra gente tirar isso a limpo. Porque eu não quero amanhã ou depois ser acusado de coisas que eu não estou fazendo, nem eu e nem meus colegas aqui, a gente depende disso pra viver, tenho meu motorista auxiliar que me ajuda, nós estamos na pindaiba, chutar cachorro morto é muito fácil, quero ver chutar cachorro brabo. Porque que não tem regulamentação para os vários tipos de transporte clandestino que tem na cidade, aí vem e cai em cima do taxista, tem que ser falado, porque aí assim, nós temos e estamos dentro de uma regulamentação, não tem ninguém irregular aqui, pode ser que tenha que ser feito alguns ajustes, mas então preserva-se a legislação atual e se conserta-se o que tem que se concertar, e não fazer um projeto onde se dá várias cassações e vários motivos. A gente está extremamente preocupados sim, por esses motivos é muito preocupante, a gente não consegue mais ter paz e trabalhar sossegado com esse projeto aqui, porque a gente não sabe o que vai acontecer ali na frente. A gente gostaria sim que a Secretaria de Trânsito nos ouvissem, trabalhassem junto coma gente e atendesse os nossos anseios, mas não é só cobrar, esse projeto é só cobrança. Quero ressaltar também, que sim a Dra. Mariana atendeu vários e vários pedidos que a gente fez, alterou muitas coisas, e agradeço os atendimentos dela, muito obrigada Doutora, mas ainda tem muita coisa a ser melhorado. Como o tempo é curto, provavelmente a gente ainda vai ter mais alguma reunião com os vereadores, então vamos detalhar mais pra vocês, mas devido as circunstâncias nós nos posicionamos contra o projeto, a categoria toda, não é só os permissionários de táxi, é dos permissionários e motoristas. Agora, se for do entendimento de todos que o projeto é bom, ok e tudo certo, eu entrego a minha placa assim que o projeto for aprovado, ou assim que vierem me perseguirem ou coisa do tipo, porque coma minha placa de táxi eu não tô ganhando mais nada. Cadê as coisas pra ajudar, a questão de botar no site da prefeitura o contato do táxi ok, ajuda, mas não é um aplicativo, é um contato dentro do site, já vai ajudar, tem que ter uma construção pela frente pra se fazer, é uma iniciativa boa, mas referente as penalidades excessivas que a gente ainda acha que é excessivo, podemos ser acusados e poder se defender, e aí

tem o julgamento da prefeitura que é composto por maior parte da prefeitura, quando vê vão nos cassar a placa. Então se a prefeitura realmente quer uma placa, tá aqui, no dia que começarem a me perseguir, tá aqui minha placa, porque sinceramente, a minha indignação é a mesma de todos, tá difícil, a gente precisa de melhorias e enquanto o transporte clandestino na nossa frente, fazendo acontecer. Ali a questão do passeio, aí não pode fazer passeio, a Dra. Mariana explicou que não podemos vender o ´pacote turístico, se eu não posso vender, automaticamente eu não posso fazer doutora, a gente interpretou dessa forma porquê. O senhor Procópio na justificativa que ele mandou anteriormente, ele colocou que estaríamos fazendo uma concorrência desleal com as empresas de turismo. Concorrência desleal Secretário, é o que fazem com nós diariamente, eu até já falei uma vez, fica um dia no táxi pro senhor ver como que é, fica olhando um dia parado vendo as pessoas fazer passeios na tua frente clandestino, fazendo corrida clandestina na tua frente, rindo, provocando, vamos lá pra ver a realidade da coisa. Tá difícil cara, infelizmente não dá, esse projeto não veio pra somar, sinto muito, essa é a minha posição e da classe. Os demais também vão falar, tudo certo, mas a gente ainda precisa melhorar muita coisa, obrigado". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Boa noite Jonata, eu falei pro presidente da comissão no início, que tenho um compromisso as 19h30, mas posso me atrasar uns minutos. Em relação a cassação eu li rapidamente e não me lembro da lei total, e eu vi só dois incisos que falam de cassação, e a gente precisa em algum momento ter uma penalidade mais grave, talvez são quatro, oi, tá são três,mas o que que acontece a gente precisa ter dentro da legislação penas brandas, médias e graves, não tem como não ter uma pena grave, porque aí a gente vai ser injusto, vocês não vão gostar de ter que reiteradamente praticando, tá aqui reclamando com toda a razão do transporte clandestino, e vou falar aqui de novo, denunciem, não tem como regularizar o transporte clandestino, justamente é isso, a regulamentação tá aqui, vocês precisam denunciar, a gente não tem braço pra fazer fiscalização o tempo todo, denunciem. Manda foto, manda a placa do carro, e nós podemos saber do transporte clandestino se não houver nenhuma denúncia, a não ser se numa blitz se descubra, não tem como ser diferente. Mas enfim, vocês tem razão em discutir, mas o transporte clandestino nunca vai se regulamentar, porque a própria palavra já diz, é clandestino, ele não pode existir, tá ilegal. A regulamentação do transporte está aqui, as pessoas deveriam ser taxistas tal qual como vocês. Então a cassação ela tá ali prevista, eu repito novamente, não é um ato deliberado, ninguém vai chegar e dizer pra vocês, estou cassando agora tua licença, isso não existe, e se isso acontecer me procurem, porque eu vou ser a primeira a denunciar no MP, vocês tem que passar por todo um processo legal pra isso, tá aqui a Dra. Paula que sabe, minha colega, mão é assim, não existe. Com relação ao aplicativo, é sim um aplicativo que o município já vem trabalhando sim junto a Secretaria de Inovação, e depois conversamos e tu me disse que tiveste a dificuldade de criar um aplicativo, e falei com o Secretário de Inovação, e será dentro do aplicativo esse contato. Em relação ao pacote turístico, é pacote turístico, não é passeio, são coisas diferentes, pacote turístico é algo que envolve vários passeios, tu vai vender um pacote pra semana toda a pessoa passear, Bento Gonçalves etc, e isso tá regulamentado pelo Ministério do Turismo como atividade das agências de viagem. Eu não posso regulamentar na lei algo que a legislação do turismo diz que não pode, passeio vocês podem fazer quando quiserem, isso nunca foi proibido. Pacote não pode, passeio sim, a Dra. Paula pode auxiliar e sabe muito bem ,pacote é uma coisa e passeio é outra. A lei não fala em pacote e passeio, fala em pacote turístico, nós deixamos até mais claro para que não tenha esse equívoco de interpretação. Em relação as melhorias, eu ouso descordar, porque existem várias melhorias aqui, e novamente a ideia é deixar uma legislação mais moderna, pegar uma legislação antiga, a gente sabe quem trabalha com Direito, que é muito ruim ficar emendando legislação, é sempre melhor fazer uma legislação nova. Se os senhores acham que tem alguma coisa a ser melhorada ainda, dentro de tudo aquilo que nós atendemos, e nós atendemos muita coisa, desde todas as reuniões que tivemos, vocês fiquem a vontade, os vereadores estão aqui justamente para fazer as Emendas que ele entenderem convenientes, o executivo veio até onde podia vir e nós estamos sempre abertos a conversar, ninguém pode nos acusar de não ter conversado com vocês e tentado encontrar a melhor solução dentro daquilo que a gente podia fazer, mas os vereadores tem total autonomia para alterar a legislação dentro do que vier de competência. Vou deixar novamente claro, eu entendo que tem várias melhorias onde o executivo é parceiro, estamos criando esse aplicativo, criamos várias facilidades, esses incentivos pros carros adaptáveis, pros carros elétricos, essa novidade embora que o carro elétrico seja mais caro, vocês ficarem sete anos sem pagar abastecimento, acho que tudo isso tem que ser visto com bons olhos, nós estamos trabalhando muito pela classe, mas talvez a gente não consiga atender todos os anseios de vocês, mas dentro do que cabe ao poder executivo eu entendo que já avançamos bastante". Taxista **Eduardo Fioreze**: "Vou só ler um negócio que achei no facebook makplay, motorista particular litoral, serra, Uber fixo para trabalho, passeio, dia a dia. Isso aqui tô baixando no celular, um aplicativo que todo mundo tem que é o facebook, quem é que paga pra vocês carro da Turma da Mônica, Jolimont, tudo passeio clandestino. Eu tô vendo muita cobrança do táxi e pouca coisa de volta, logo que o senhor Secretário Procópio assumiu, numa reunião lá na Secretaria de Trânsito, ele disse que lá seria nossa segunda Casa, só que a cobrança em cima do taxista e nada sendo feito pra auxiliar. Vai na Snowland e veja a quantidade de motorista oferecendo a corrida por vinte reais e aí ele aproveita e oferece um passeio em Bento, em Gramado e Canela, isso sim é tirado do taxista, a gente não tá pedindo nada pra vocês, a gente só tá querendo trabalhar, além de que só estou vendo cobrança, e pro taxista não tô vendo nenhuma vantagem nessa lei. Falam muito em licitação dos táxis, licitem, onde está sendo proibida a licitação do táxi, onde tá sendo proibida o carro pra cadeirante, onde tá sendo proibido um carro elétrico, licitem gente, o poder tá na mão de vocês, mas param de cobrar tanto do taxista, é todo dia o cara parado no sol esperando passageiro, enquanto o passageiro chega vir cinco em cima dele abordar, quando o turismo, turismo mesmo, não esse aplicativo que diz que é guia, pega o pessoal do turismo mesmo, pega as agências grandes, pega quem trabalha e diz de onde esses aplicativos estão trazendo dinheiro pra cidade, tem gente que vem todo dia de Taquara pra cá trabalhar, eles abastecem lá embaixo, não gastam dinheiro aqui na nossa cidade, o dinheiro só sai daqui. Eu gostaria mesmo que os vereadores olhassem um pouco pela classe que tá trabalhando, se quebrando todo dia, na pandemia eu passava doze horas parado ali esperando passageiro, mas eu tava, enquanto outros aplicativos vazaram da cidade, não tinha ninguém, eu botava minha cara no hospital, buscar pessoas com Covid, eu leva as pessoas no mercado, porque não tinha mais ninguém, a gente é daqui, a gente trabalha pela comunidade. Eu só gostaria que realmente botasse a mão no coração de vocês e pensassem um pouquinho mais no taxistas como um ser humano que precisa trabalhar, cara a gente tá jogado véio, a gente não tem direito a nada, a gente só tem cobrança, peço desculpa se me exaltei em algumas coisas, mas esse é o meu ponto de vista". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eduardo, quando tu fala, pra eu poder compreender tá, quando tu fala do transporte clandestino, tu tá falando do Uber, fazendo passeio, é isso"? Taxista **Eduardo Fioreze**: "A pessoa baixa o aplicativo do Uber, todo mundo precisa trabalhar, só que nesse meio termo, muitos não trabalham pelo aplicativo, é só pegar os carros adesivados da Turma da Mônica, e é impossível não ver um carro da Mônica estampado na lateral Vinícola Jolimont, é só olhar na porta da frente está escrito guia turístico não sei o que, e acabei de olhar aqui no Marckplay tem mais de cinquenta anúncios de motorista particular Uber".

FL. 31

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XVI Legislatura -

Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Esses são Uber que recebem um valor dos parques pra colocar uma propaganda e fazem passeios, é isso"?Taxista **Eduardo Fioreze**:"E daí o que acontece, eles pegam e pegam passeios e chegam no Lago Negro, convido vocês se quiserem, eu passo o dia inteiro, se quiser mostro os carros, e sinceramente essa história de tirar foto e manda pra gente que a gente resolve, já mandamos, não funciona nessa gestão, nas outras, não tô dizendo que é de agora isso, mas não adianta, tá na cara de todo mundo, é só tu olhar os carros, o carro com adeisvo atrás guia turístico, e o cara nem é daqui. Se ainda fosse trabalhar pelo aplicativo beleza, mas a Olivas de Gramado, o pessoal fica na porta abordando o turista, eles tão cobrando cento e cinquenta, não dá isso de táxi, só que alegam que o táxi cobra mais. Por isso que eu disse, a gente muita cobrança e pouco apoio, pau que dá em Chico, dá em Francisco também, tem que ser pros dois lados". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Primeiramente vocês sabem, que desde que inventaram o Uber, é um problema pra vocês taxistas, e todo mundo sabe que não é através disso, como o vereador Cícero falou antes, o problema que a gente tem pra regulamentar isso, o que diferentemente de uma concessão pública que é o táxi, o Uber é interpretado pela legislação como um serviço de carona. Então a gente tem um problema legal e difícil de resolver, que não é de âmbito local, é de âmbito nacional. Entendo que a lei não é só cobrança tá, eu entendo a indignação porque vocês falam muito em cassação, eu encontrei duas e a Paula corrigiu que são três, dentro de uma infinidade de atitudes que podem levar a uma penalidade aqui. Essa informação de que o Uber faz ´passeios turísticos e usa como guia turístico, a gente vai averiguar e tentar junto com os órgãos de fiscalização tentar ajustar melhor isso, justamente para trabalhar em conjunto com vocês, mas isso não é algo que parte somente do poder executivo, vou precisar do apoio do MP e vários outros envolvidos, inclusive da Câmara de Vereadores para que junto a gente consiga encontrar uma solução pra isso. Mas isso não tem nada a ver com a legislação dos táxis, vocês não estão sendo penalizados pela legislação, na verdade nós estamos com um problema de irregularidade de outro lado, vamos tentar resolver isso. A gente também pode e deve Secretário, começar a acionar com base no que vocês estão nos falando aqui, não tem nada a ver com o projeto,mas já que falaram isso, vou acionar também a Secretaria de Turismo e que consiga agir numa fiscalização maios efetiva nestas situações, porque como eu disse lá o começo, os pacotes turísticos é exclusivo de agente de turismo, então estas pessoas que tem que trabalhar,mas isso a gente vai trabalhar internamente quando eu falo da denúncia, se não tá dando certo, o Jonata tem meu telefone, a Dra. Paula também, então juntos a gente pode construir juntos e ir resolvendo estas situações que não tem nada a ver com legislação, tema ver com poder de polícia do executivo. Vou sugerir também ao Secretário, que a gente crie campanhas, a gente já criando esses aplicativo pra vocês pra fazer campanhas e junto com a Câmara a gente pode fazer isso e incentivar o uso de táxi, a gente vai resolver estas situações assim, não vai ser reduzindo alguma coisa na legislação, nem punindo, porque infelizmente neste momento o município não tem poderes pra punir o Uber, então a gente tem que se unir pra fortalecer a classe, é o que nos interessa, e como vocês disseram, vocês que são daqui, que moram aqui, vocês que levam o turista pra cima e pra baixo. Então é isso que a gente pode fazer, dentro da minha função de Procuradora Geral, com base no que eu estou escutando agora e que eu farei para auxiliá-los, e de novo, se a Dra. Paula ou Jonata tiverem outras situações que não tem relação com o processo, mas tem relação com essas irregularidades eu estou a disposição, pra junto a gente trabalhar, acionar quem tem que acionar, e tentar resolver e equalizar esta situação, como já fizemos em vários outros seguimentos. Taxista **Eduardo Fioreze**: "Eu estou falando dos carros adesivados, o próprio luminoso no para brisa do carro, eu levei uma multa no táxi por ter um luminoso escrito livre no táxi, foi pela polícia rodoviário me multou, e tem muitos casos que passam a noite escrito Uber, muitos carros passam com adesivo de agência, sendo que nem existe agência, e ficam as vezes com plaquetinhas de Uber, já cansei de presenciar, não é a briga contra quem faz o aplicativo, é quem faz transporte irregular e turismo irregular, isso sim pode ser visto pela prefeitura". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Boa noite a todos, tive uma certa pressa em falar, por ter temas jurídicos e gostaria de pegar a Dra. Mariana aqui, antes que saia para seu compromisso. Primeiro de forma resumida, o tempo em que o Projeto tá tramitando, que fique claro de que não é culpa de possíveis reivindicações dos taxistas, porque o que a gente fez na realidade, foi construir um melhor projeto do que tinha sido apresentado primitivamente. Outra questão é sobre a indignação que o colega falou, não é no sentido de que a gente sabe que é difícil a fiscalização de Uber, ok, só que por outro lado não é fiscalizado o Uber, não é fiscalizado uma série de situações clandestinas. E nós digo mais uma vez sim, taxistas, estamos sendo penalizados por esse projeto, porque, porque esse projeto de lei a não ser o aplicativo que partiu da Dra. mariana, não tem nenhum benefício pro taxista, ele só tem um enunciado de penalidades e infrações que na lei anterior não tinha, e não é uma lei tão antiga assim, pra que tivesse totalmente desatualizada pra 2013, e que agota tem sido proposto, ok, feito isso vou passar as considerações jurídicas. Dra. no artigo noventa e um, se observado ali ele propõem pra quem tem mais de uma permissão até dois anos, a palavra "até" tem que ser retirada, ou é dois anos, ou tá indefinido o prazo, não pode colocar "até"." Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Na verdade é que a pessoa pode ficar até dois anos, se ela quiser entregar antes ela entrega". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "E se alguém quiser tirar antes dos dois anos Dra. vale pros dois lados". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Não". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Isso é a sua colocação, eu entendo e da forma que está disposta, se a pessoa quiser entregar antes, ela não precisa ter um prazo fixado. O prazo fixado é o máximo de permissão precária que ela pode ter com dois veículos". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "O artigo diz assim, as pessoas físicas ou jurídicas permissionárias que atualmente são titulares de mais de uma permissão, poderão explorar o serviço de transporte de passageiros por táxi, por período até de dois anos a contar a data da aplicação dessa lei, quando dar-se-a a extinção das permissões excedentes, o município só pode extinguir a partir dos dois anos". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Não, se tá a palavra "até". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Mas o "até" é pra contemplar quem queira entregar antes". **Dra. Paula Schaumöleffel:** Não concordo doutora, acho que o "até" não está correto ali como foi disposto". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Isso Dra. Paula, se os vereadores entenderem, na Comissão de Redação eles retiram, tranquilo". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Eu só estou colocando, porque é uma audiência pública que a gente coloca as considerações jurídicas". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Sim, sim, mas pra nós não tem problema retirar". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Certo, outra questão, o artigo noventa e cinco, ele permite que o executivo amplie as permissões, e a gente entende que o executivo tem o poder de melhor organizar o município da maneira que ele provém, só que por outro lado nós gostaríamos que fosse incluído a oitiva da associação. Porque nos dias atuais a gente já está sendo penalizado, volto a dizer com um projeto de lei que nem esse, e ainda vamos dizer que o executivo quisesse aumentar mais ainda as permissões existentes, se tá difícil para os que hoje trabalham, imagina aumentando mais. Então a gente só pediria que fosse ouvida a associação, pra que esse ato pudesse ocorrer". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Tá, aqui é justamente quando o executivo entender de ter uma necessidade de ter mais táxis na rua". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Só que ele pode entender e ouvir a associação. Isso se constrói com a oitiva de pessoas, o diálogo é ótimo né". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Pode, mas é um ato deliberativo do executivo, porque de repente existe, veja bem, sei lá, dez prefixos em relação a todas situações que vocês já relataram, nove resolver integrar a esses táxis, é evidente que se precisa abrir mais". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Só que não é isso que está disposto". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Mas aqui está dizendo a qualquer momento, momento em que o município

FL. 32

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XVI Legislatura -

entender que é necessário". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Mas então, o município pode entender que hoje é necessário, e a associação entender que não, já tem um número que tá suficiente e é difícil pra todo mundo". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Mas aí Dra. Paula, é um ato deliberativo do executivo, o executivo através do interesse é que vai entender se precisa ou não mais". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Ok mas eu entendo que não custaria ouvir a associação, como forma de diálogo". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Não tudo bem, mas informalmente, ao fim acaba que a decisão vai ser do executivo". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Outra questão doutora, a comissão que vai julgar a questão da cassação, eu não sei de cor o artigo. Essa comissão, como todo respeito por mais que eu sei que vocês melhoraram a redação, a pedido da associação, ela continua de uma maneira desigual, não é poque te membros efetivos do poder executivo que ela tá com critério de igualdade, porque a maior a parte dos membros dessa comissão , que vão julgar os taxistas, são membros do poder executivo, sejam eles efetivos ou não". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Um representante, dois da associação, um da Jari, um efetivo da Secretaria de Trânsito e um representante da CPGQ. **Dra. Paula Schaumöleffel:** Quatro contra dois". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Um da Jari e um da CPGQ, sempre efetivos, não vai ter poder político". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Sim as não é pela política doutora, é pelo um critério de igualdade de condições. A gente solicitou inclusive a OAB, que se fizesse um membro da OAB, porque é um advogado que tem conhecimento técnico e poderia até ajudar a comissão". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu não vejo nenhum problema, mas eu questiono outra situação ao Presidente, se fizermos uma alteração legislativa, não vamos ter outra audiência pública". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Se surgir uma nova alteração dessa demanda, eu entendo que não. Se forme mudanças muito fortes e não gerarem e não forem pra um bom entendimento, acredito que sim". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "O Secretário está sugerindo incluir um membro da OAB e um membro do Legislativo". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Perfeito, outra questão que é uma dúvida, essa recente decisão do STF, e que a doutora comentou que já tá com decreto feito até". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu inclusive doutora, desculpe, depois eu vou lhe mandar com as juntas elaboradas" **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Neste ponto eu tenho dois questionamentos, o primeiro seria, esse decreto vai contemplar só as questões de transferências das sucessões, ou também transferências por exemplo, de supostas vendas anteriores a vigência da lei de permissões". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Nós nos baseamos naquela portaria de São Paulo que vocês nos encaminharam, a redação preliminar do artigo segundo é assim, os prefixos de táxi expedidos pelo município de Gramado, poderão ser transferidos a terceiros que atendam os requisitos exigidos em legislação municipal, aos sucessores legítimos em caso de falecimento do titular". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "É que a pergunta seria e como a gente sabe, não é novidade pra ninguém, que existe uma situação, não só como vocês comentam de precário, mas uma situação que a tempos vem ocorrendo, e na legislação passada nós tínhamos conseguido no projeto de lei, que essa janela contemplasse a regularização, por exemplo, eu adquiri do Jonata, tá no nome do Jonata mas eu quero regularizar isso, aproveitar essa mesma janela da sucessão pra regularizar todas, porque já existe um dispositivo que a partir da vigência de lei, quem for pego vai ter a cassação da permissão". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Mas eu entendo que contempla aqui nos primeiros, mas a gente pode melhorar a redação, a terceiros que atendam todos requisitos, qualquer terceiro, que é esse caso de regularização que tá no nome do Jonata". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Tá mas não fala em sucessão, pode ler de novo doutora por gentileza". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "O primeiro inciso diz, de novo, é preliminar isso aqui. A terceiros que atendam os requisitos exigidos na legislação municipal, qualquer um que tenha adquirido nessa situação. Inciso segundo, aos sucessores legítimos em caso de falecimento". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Perfeito, é que eu entendi que eram o mesmo caputi". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Não, esses são só incisos do artigo, que tá contemplando as duas situações". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Tranquilo, então essa foi a primeira pergunta, a segunda pergunta até é uma questão prática pro Secretário de repente poder ilustrar, até porque eu tenho alguns casos de sucessão, e o que acontece, esses casos de sucessão estão com um acordo firmado homologado pelo juiz, mas não saíram os formais de partilha ainda, pra que eu possa regularizar esta questão das permissões, eu tenho que aguardar os formais Secretário, ou eu posso através de um ofício do juiz pra Secretaria, já regularizar pro nome dos legítimos titulares". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu entendo que por uma questão jurídica, tem que ser os formais ou através de um alvará,mas agora a gente tem dois anos". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Sim, com certeza vou conseguir antes". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Mas assim Dra. Paula, chegando lá próximo e não ter sido expedido normal, a gente ajusta e resolve isso. E por último a questão ali,me perdoe mais uma vez, mas a gente colocar a questão da cassação porque, a gente tem que fazer um breve histórico eu não tô falando só de quem tem a posse precária, mas de quem eventualmente vai participar de um novo certame da prefeitura municipal, onde vai efetivamente pagar um determinado valor, e provavelmente vai ser por um maior lance, e aí a reincidência justificada como a doutora bem falou, ficaria a critério da comissão avaliar qual a justificativa será plausível pra ser aceita". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu acho que isso a ente vai ter que regulamentar em decreto". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Pois é, a doutora entende qual é a preocupação, a gente está aprovando um cheque em branco aqui, se os vereadores aprovarem será um cheque em branco, depois de aprovado a gente não sabe qual vai ser o regulamentação a respeito".Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Na verdade a gente tá incluindo aqui um membro da OAB e um membro do legislativo nessa comissão, então temos mais duas entidades fiscalizadores, então me parece que já reduz um pouco essa preocupação em relação a deliberalidade e de entender o que é ou não justificável. Sempre lembrando que em última hipótese, isso vai parar na Procuradoria e será analisado de forma técnica, e aí a gente tem as justificativas sempre aceitas, a não ser que seja algo muito difícil de entender como uma justificativa, mas entendo que como qualquer situação, qualquer documento, qualquer forma, maneira de comprovar, de justificar a impossibilidade de cumprir aquilo, é justificável". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "A gente que trabalha com ajustiça, sabe como é difícil produzir prova né doutora". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Se a gente edita a gente pode limitar né Dra. Paula, saqui a pouco ocorrem novas situações que tem que ir em provas, nós vamos fazer um hall interpretativo restritivo, e talvez a gente crie uma situação em decreto que se consegue ir ajustando, e agente pode inclusive no decreto colocar que a comissão tenha que ser ouvida pra ajustar quais são os motivos, as justificativas, isso a gente consegue construir melhor". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "A última coisa doutora, não existe a possibilidade, até por vocês comentarem que o executivo tá querendo ser parceiro da associação dos taxistas como um todo, de nós pensarmos no seguinte sentido, porque ter a cassação como uma penalidade mais grave, se eventualmente porque na medida em que a pessoa for sofrendo penalidade de multa, além da multa pecuniária dela estar pagando, vão se somando pontos que ao final ela vai ter cassada, então é como se fosse uma dupla penalidade pra pessoa, ela vai ter a pontuação ser cassada. Mas antes dela atingir a pontuação ela vai ser cassada também, a senhora entende doutora". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Sim eu entendo, claro que são casos excepcionais, como no código de trânsito, pode ter tua carteira cassada sem ter atingido a pontuação máxima, são casos extremos previstos

em lei". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Aqui não é extremo né doutora, aqui seria o caso de supostamente alguém dizer que eu não tô cumprindo a jornada de quarenta horas. A pessoa vai supôr e eu vou ter que me defender mediante uma comissão processante. Porque ela não tem provas pra dizer que eu não tô dirigindo". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Por exemplo, o taxímetro não registra o tempo, aí é prova". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Registra o tempo que o carro anda, não que ele tá dirigindo". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "mas então, se ele comprova que o taxímetro rodou oito horas, ele tá comprovando". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Não, ele tá comprovando o artigo dezoito e não o dezessete, o dezessete fala que é obrigação do permissionário cumprir as quarenta horas". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Sim, mas digamos que alguém de má-fé, diga que não cumpriu, como vai comprovar isso, apresenta o taxímetro". Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbano **Tiago Procópio**: "Eu entendo que quem vai auxiliar nessa questão, mas primeiro que eu quero tranquilizar todos os taxistas,a dois anos e meio a frente da Secretaria, eu não tenho conhecimento de nenhum auto de infração a nível de CTB de taxista, são bons condutores, não vi nenhum auto de infração a nível de fiscalização do município, e eu acho que pro executivo ser parceiro, doutora eu acho que a lei é de 2003, houve adendos em 2013, 2003 são vinte anos. Então assim, quero tranquilizar vocês, eu conheço noventa por cento dos taxistas que estão aqui, e é intenção do executivo assim como na gestão passada houve um protocolo de projetos e outros, é nós ajustarmos para os próximos dez, quinze, vinte anos. Então assim, vou deixar aqui muito claro aos vereadores, caça as bruxas, mas aonde nós estamos, não vai ter isso, não tem hoje, existe uma lei vigente, nós queremos ser parceiros, a lei do executivo é pra melhorar, é uma lei de vinte anos atrás, que vai perdurar quem sabe pra quinze ou vinte anos. Então eu quero tranquilizar os senhores, a Secretaria de Trânsito com certeza, ela tem um olhar, um foco, que com certeza é o foco que vocês tem, é o Uber, é a carona remunerada, é carona irregular, carros adesivados sim existe uma permissão pra isso, se o motorista for guia, crachá comprovado com cursos, se ele estiver no cadastur criou uma nova abertura pra isso, por incrível que pareça eles acharam uma outra forma que não a carona remunerada, pra fazer transporte inclusive com seu veículo particular de passageiros. Então assim, existem brechas aprimoradas, mas quero tranquilizar vocês, nós queremos aprovar um projeto, e a intenção não é prejudicar vocês, sabemos das dificuldades, e queremos ter os trinta e cinco carros senhores vereadores, e não podemos esquecer de uma coisa básica, é um serviço de utilidade pública. Então assim como a doutora disse e eu reforço, a intenção ela é boa, assim como a intenção no governo passado protocolou um projeto, aqui ninguém tem foco de prejudicar ninguém, todo mundo tem que ganhar o seu pão e trabalhar. Entendo também que qualquer legislação que tu vai fazer para os próximos dez, quinze, vinte anos, ela tenha que ter que causar um certo impacto, agora quem não deve não teme, ninguém vai sair programado, taxista vai sair programado dizendo hoje eu vou errar, assim como alguém da Secretaria de Trânsito vai sair dizendo, hoje eu vou penalizar um taxista, não é isso, como vocês bem sabem, temos preocupação maiores do que vocês, bem maiores. A carona remunerada prejudicou os senhores e muito, e o que ela fez com nosso transporte público, essa indiferente de ter passageiro ou não, ela teve que continuar transitando no município, transportava quatro mil e duzentos passageiros e hoje não sobe de dois mil e quinhentos. Então assim, todos foram prejudicados, mas digo e repito, vocês, o senhor, a senhora, vocês não são foco do executivo ou da Secretaria de Trânsito, faço registro aqui de que não temos queixa dos taxistas, não que não houve, mas assim, são bons profissionais, nós temos um canal aberto chamado Fala Cidadão, e nós não recebemos de vocês. Nós temos uma tranquilidade com os prestadores de serviço de utilidade pública que é o táxi, agora precisamos sim pensar mais pra frente, de 2003 a 2023 são vinte anos, então vamos aprimorar e tenho convicção de que ninguém sairá prejudicado, não pensem no executivo ou na Secretaria de Trânsito como inimigo, ou como caça bruxas, até me estranha muito esta frase, nós não temos necessidade de penalizar, temos que pensar daqui a vinte, trinta anos que virão, eu sou passageiro, assim com o antigo Secretário também foi e vai haver um próximo, então nós queremos regulamentar pra que fique alinhado aos próximos dez, quinze anos aí. E contem com nós e obrigado". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Desculpa mas só pra finalizar aquela pergunta, se efetivamente um taxista sofrer uma denúncia ou um devido processo legal, por não estar conduzindo o veículo durante quarenta horas, não é o veículo, é o permissionário, ele apresentando a felipeta vale como prova". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu entendo que sim". Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbano **Tiago Procópio**: "Dra. nós temos indicado por vocês, ou seja, um próprio colega". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "Eu queria saber se a felipeta valia, e foi o que a Dra. falou". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu entendo que qualquer tipo de prova idônea". **Dra. Paula Schaumöleffel:** "É que são dois artigos, um obriga o veículo a ficar oito horas, e o outro obriga o permissionário a cumprir quarenta horas. Então a minha pergunta é, no permissionário quarenta horas, a felipeta do carro serve como prova". Dra. **Mariana Reis:** "Eu entendo que sim, é um meio idôneo de prova, eu entendo que sim". Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbano **Tiago Procópio**: "Outra situação que eu entendo é que o próprio colega vai ser responsável pelo ponto, tá no projeto, então assim, vamos ter fácil acesso de comunicação. Então se o Jonata for hoje o responsável pelo ponto, ele vai prestar informação, acredito que ele por ser uma pessoa de bem,ele não vai omitir informação. Nós não temos preocupação com os taxistas, nós temos preocupações e muitas outras preocupações. Então eu quero deixar mais uma vez claro aqui, eu quero licitar estas placas, e que todos tenham condições de serem taxistas, nós precisamos de trinta e cinco pessoas boas e idôneas, fazendo nosso serviço de utilidade pública". Procuradora Geral do Município Dra. **Mariana Reis:** "Eu quero só aproveitar e agradecer a oportunidade, o convite e continuo a disposição pra gente continuar conversando, vou apresentar essa alteração na Comissão para manter a OAB e um membro do legislativo, então eu agradeço mas realmente eu preciso ir, estou trinta minutos atrasada, obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "Agradeço a presença da Procuradora, que já tinha nos avisado da necessidade de sair, e lembramos que fica a disposição por setenta e duas horas posteriores para suas manifestações, e continuamos agora, obrigada Dra. Mariana". **Nilson:** "Boa noite pessoal, eu sou guia de turismo a vinte nove anos em Gramado, e não só falando pelos táxis, mas me reportando pelo trade de turismo também sobre a fiscalização, lembrando que o único passivo de multa nessa cidade é quem tem o endereço fixo. Então a partir desse projeto acho que tá dentro do propósito,mas a preocupação de multas, enfim de procedimentos que eles estão aqui reportando. Mas até pra fiscalização, reportando ao Secretário de Trânsito, sobre o Uber mesmo né, eu falo aqui como guia e também sofrendo as consequências pela qual esse aplicativo nos trouxe, não só pro taxista, para o trade do turismo, assim como para o transporte público. Se a prefeitura não subsidiasse hoje o transporte público, nós estaríamos apavorados, imagina os taxistas desculpa a expressão, passando fome, eu tô vendo a necessidade deles e tô vendo a minha também. Eu como guia de turismo já fui a Uber reportar e está aqui comprovado, denunciar Uber aqui trabalhando, e lá em Porto Alegre com onze perfil falso, é pessoas idôneas que tão trabalhando aqui em Gramado, tirando o pão dos taxistas e do trade também. Então antes de todo esse processo de cassação, de perseguição que seja, vamos tratar de todo trade de Gramado que é turismo, e ele se engloba também, e não só atende a população como turista. Então gente, vamos abrir os olhos, porque em Gramado estamos sendo engolidos por bandidos trabalhando com tornozeleira, como os taxistas já viram isso, então gente por favor vamos olhar com carinho, não é só penalizar, se tem que fazer alguns reparos vamos fazer, se tem

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XVI Legislatura -

penalizar, errou, não adianta ficarem parado sem poder trabalhar, porque os Uber estão fazendo, eu sei o que eles estão fazendo, muitos talvez não saibam, mas eu sei, sou itinerante da rua, já me coloquei a disposição tanto do executivo como do legislativo, pra trazer as informações porque eu sou aquele que tá na rua buscando os problemas. E quando o executivo falar que não tem dinheiro pra isso, não tem dinheiro pra aquilo, coloca alguém na rua, pronto, e eu sou fiscal, e quando o executivo diz vamos trabalhar junto, trabalhar junto só pra anotar, nós somos passivos de multas porque temos endereço fixo. Então pessoal, não vamos varrer a sujeira pra baixo do tapete né, vamos tomar providências, e parte do executivo né, agora não adianta o executivo criar uma lei de cima pra baixo só pra analisar e não dá condições de trabalho pra ninguém, nós estamos sendo engolidos pelo bandido, o Uber acabou com transporte público, com tudo, mas precisamos criar uma medida pra furtar no mínimo o que tá acontecendo com Gramado, muito obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "Agradeceu a presença do Secretário de Trânsito, e liberou para que se retirasse por motivos de saúde". Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbano **Tiago Procópio**: "Peço desculpas mas vou me retirar da Sessão, agradeço a vocês e permaneço a disposição e quero reafirmar que o intuito da Secretaria não é penalizar e nem prejudicar ninguém, obrigado". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "Alguns assuntos que estão aparecendo na audiência, questões macro, relacionadas a questão do turismo e do transporte, então nós também né Presidente e colegas vereadores, também nos colocamos a disposição pra debatermos uma legislação inerente também a este assunto. Alguma manifestação a mais, e lembrando que na Casa permanece a tramitação, continuamos a debater na Comissão de Mérito, mas existe um prazo regimental de setenta e duas horas para manifestações sobre a audiência, mas isso não impede que se possa ter outra reunião, tivemos Emenda em outros projetos e os colegas se colocam sempre a disposição". Questão de Ordem solicitada pelo vereador **Rodrigo Paim:** "Eu só não entendi, essas modificações o executivo vai fazer e mandar pra nós, ou é feita pela Comissão de Legislação, estas modificações que foram faladas aqui". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "O que eu compreendi vereador, é que a Procuradora vai apresentar provavelmente para a Associação que tem feito esta interlocução, mas nós também como vereadores nos colocamos a disposição, como fizemos em outros momentos através de Emendas ou alguma alteração. Projeto continua em tramitação na Comissão, e tem prazo de setenta e duas, e nós teremos Sessão nesta segunda-feira, então o primeiro prazo de votação seria dia oito, mas também pode continuara tramitando através de Emendas, a Associação pode solicitar reunião com os vereadores e estamos sempre abertos ao diálogo, e provavelmente teremos mais uma reunião, ou algum interessado quiser falar de forma privada com algum vereador, e continuamos a disposição. Então, nada mais tendo a declarado ou por encerrado essa presente audiência pública Obrigado e boa noite a todos. Sala de Sessão, 25 de abril de 2023, Mª Aparecida Oaigen Benetti, Assessora de Cerimonial e Protocolo .-.-.-.